

Conjuntura Internacional

1. O mundo capitalista ocidental vive um momento decisivo: por um lado o esgotamento civilizacional democrático-liberal e, por outro, a ausência de um Projeto tangível que organize as esperanças perdidas. Para a periferia, mais golpes, intensificação da superexploração dos povos e tentativas sistemáticas de nos manter de joelhos frente ao centro do mundo. Entender como está configurado este tabuleiro é primordial para nossa organização e possibilidade de vitória.

O colapso do pacto democrático-liberal

2. As promessas de democracia e prosperidade que organizavam as instituições políticas e as expectativas de distribuição de riqueza que geriam o conflito entre as classes sociais nos países membros e cooperantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) envelheceram e se mostraram impossíveis de se concretizar. Não é exagero constatar que o Ocidente vive em um período histórico pós-democrático, no qual a manifestação eleitoral da população sempre é constrangida pelo real centro de decisão: os conselhos de administração dos bancos. Os direitos de caráter universal – conquistados no pacto social do pós-guerra, principalmente na Europa – estão erodindo no mesmo ritmo da soberania do público frente ao interesse das grandes corporações financeiras.

3. A financeirização do capitalismo e a crise de 2008 inauguraram um período de deterioração dos pactos de classes no centro do capitalismo. Países como a Espanha, atingiram níveis de desemprego assustadores, chegando a passar de 50% entre os jovens. Ataques graves aos direitos dos trabalhadores são executados em todo o mundo, a exemplo da reforma devastadora da previdência Grega, comandada pelo Banco Central Europeu e o FMI. Na Inglaterra, as relações de trabalho foram totalmente decompostas, chegando ao absurdo dos contratos de zero horas, algo parecido com o “Contrato Intermitente” que querem aprovar no Brasil, nos quais os trabalhadores aguardam serem chamados para trabalhar de acordo com a necessidade do empregador e só recebem pelas horas efetivamente despendidas, mesmo que tenham ficado à disposição do patrão.

4. Numa realidade de intensificação e aprimoramento dos mecanismos de exploração, cresce o descontentamento da massa dos trabalhadores e promove-se um ambiente de instabilidade política constante, que apesar de fazer crescer as lutas anticapitalistas, abre também espaço para outros tipos de saídas radicais. Tomam corpo movimentos ufanistas que surgem principalmente com a vinculação do desemprego a imigração e consequente satanização de outros povos, a crítica às elites políticas e financeiras, e a indicação de retorno ao “passado de prosperidade” perdido como alternativa à crise. Donald Trump foi eleito presidente dos EUA com um discurso de nacionalização da economia e geração de empregos, de forma ultra-reacionária e xenófoba. Comportamento similar à maioria que definiu pela retirada da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) e os setores de apoio da ultra-conservadora Frente Nacional, de Marine Le Penn na França.

5. Estamos vivendo claramente uma crise do “consenso neoliberal”, período em que social-democratas e liberais regeram sem grandes problemas o centro dos arranjos institucionais. Esta “normalidade” entrou em descrédito a partir de 2008 e não parece ter tido condições de regenerar de forma a garantir seu padrão de reprodução anterior. A dimensão constituinte da política, que mobiliza “os de baixo” contra a ordem, é a agenda do presente. O momento mundial exige posturas radicais, que possamos avançar na construção de um novo mundo.

América Latina sob forte ataque

6. Durante a administração de Barack Obama, a América Latina foi alvo de forte intensificação dos ataques e intervenções imperialistas. Governos populares, ou ao menos com certa autonomia frente ao norte, sofreram diversos golpes, como nos casos de Honduras, Paraguai e Brasil, e tentativas de desestabilização dos projetos nacionais na Bolívia, no Equador e na Venezuela. É estratégico para o controle geopolítico imperialista que as nações latino-americanas continuem submissas, quaisquer faíscas de auto-determinação ou possibilidade de soberania nacional tem que ser combatidas. Para isso, o império faz uso de uma de suas principais ferramentas de desestabilização, a guerra econômica. No caso latino, a guerra se dá principalmente contra os países produtores de petróleo e gás, com a desvalorização artificial do preço internacional do petróleo visando a redução do volume de recursos financeiros proveniente do comércio exterior.

7. Amplos setores dos partidos e movimentos populares regionais, mesmo diante da ofensiva imperialista na América Latina, ignoram como suas concessões políticas foram determinantes no êxito da restauração conservadora neoliberal. A política de governabilidade com as elites, o desrespeito ao meio ambiente e aos povos originários, o medo em democratizar os meios de comunicação e a subordinação ao sistema financeiro constituíram alguns flancos muito bem explorados em governos populares golpeados ou desestabilizados. Apesar disso, para além dos governos, é o povo latino-americano quem resiste à ofensiva das forças do norte contra os projetos nacionais autônomos.

8. Na Venezuela, o presidente Nicolás Maduro, pressionado pelas ruas, decidiu mais uma vez colocar as decisões na mão do povo soberano. Sua proposta é constituir uma nova Assembleia Nacional Constituinte, para tornar ainda maior o poder popular, visto que a oposição insiste em manter o país atado a seus interesses golpistas e entreguistas. A chamada “oposição democrática” age como uma conspiração sediciosa para destruir a ordem democrática, devastar as liberdades civis e fisicamente aniquilar as principais figuras do chavismo. Oponentes estão metodicamente atravessando os passos indicados pelo manual desestabilizador “Sem violência estratégica” do consultor da CIA, Eugene Sharp. A imprensa internacional, a exemplo da Rede Globo, mente descaradamente ao apresentar o que está acontecendo na Venezuela e a direita aposta no envolvimento do músculo militar estadunidense nas questões nacionais. A recente nomeação de Liliana Ayalde como Vice-Chefe Civil do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA é um prelúdio das intenções golpistas. Liliana Ayalde serviu como embaixadora dos EUA no Paraguai, às vésperas do “golpe parlamentar” contra o governo de Fernando Lugo, ocasião em que se movia nos bastidores para garantir o sucesso do golpe. Depois de uma breve férias, ela retornou à região para ocupar o mesmo cargo, mas desta vez em Brasília, onde encorajou e apoiou a “derrubada institucional” de Dilma Rousseff. Consumada a sua obra, voltou para os Estados Unidos em busca de novas missões desestabilizadoras e as encontrou no Comando Sul.

9. No Equador, a Revolução Cidadã ganha gás com a eleição de Lenín Moreno como presidente da república. Entre avanços e contradições, os dez anos de governo de Rafael Correa alteraram a correlação de forças no país e realizaram transformações gestadas nas lutas populares, com avanços significativos nas políticas sociais, auditoria da dívida pública, e o fortalecimento da integração regional. O opositor Guillermo Lasso, ex-banqueiro e representante dos interesses do capital financeiro, contestou o resultado das urnas e alterou o recente cenário de estabilidade. O próprio Rafael Correa foi alvo de uma tentativa de golpe em 2010, barrado pela mobilização popular. A estratégia de não-reconhecimento do resultado das eleições como gatilho de instabilidade, já utilizada com sucesso na Venezuela em 2013 e no Brasil em 2014, é ainda mais perigosa no Equador, devido ao histórico de golpes no país. O principal desafio de Lenín Moreno agora é buscar soluções para a recuperação econômica e manter o povo equatoriano unido para lograr mais avanços frente os interesses das elites.

10. A luta do povo chileno pelo direito à aposentadoria digna esquentou no período recente. Em 1980, a ditadura civil-militar decidiu terminar com o antigo sistema de repartição das diversas previdências. Sem nenhuma discussão pública, sem possibilidade de oposição, o governo emitiu decretos-lei que criaram as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), sociedades anônimas encarregadas de administrar os fundos de capitalização, privados e individuais. Aconteceu uma ruptura do conceito de solidariedade, substituída por contribuições individuais forçadas de um dinheiro que, uma vez investido nos mercados financeiros, se converte em capital para servir aos grandes grupos econômicos. Hoje os trabalhadores recebem apenas 35% do salário como aposentadoria, e esse valor vem caindo. Uma comissão presidencial que estudou a questão afirmou que, nos próximos anos, as aposentadorias devem cair ainda mais, para um valor que representaria apenas 15% do último salário do trabalhador na ativa. Enormes manifestações têm tomado as ruas do Chile contra o sistema AFP e em defesa de um sistema tripartite que possa garantir minimamente a reprodução da vida. A luta dos chilenos se assemelha muito a luta dos trabalhadores brasileiros, tanto na pauta quanto no inimigo: os interesses financeiros internacionais.

11. A América Latina, em síntese, vive um momento de nova encruzilhada política, entre a soberania e a dependência. Caberá aos povos do sul do continente a força e a inteligência necessárias para suportar um período imediato no qual as forças do Norte se lançam de forma agressiva contra os projetos nacionais em desenvolvimento. É o momento de resistir.

Conjuntura Nacional

1. Chegamos ao XV Congresso Nacional da FENASPS em um momento inegavelmente conturbado do nosso país, em meio a uma crise política e um furacão de acontecimentos diários que influenciam essa conjuntura e trazem novos elementos para interpretarmos. Afinal, o que está acontecendo e como chegamos nesta situação? Responder essa pergunta não é simples, e nem poderia ser. Temos que exercitar como nunca nosso pensamento crítico para entendermos a realidade e encontrarmos saídas para ela.

2. Nós trabalhadores estamos vivendo uma espécie de pesadelo, no qual todos os dias somos surpreendidos com um novo ataque, seja a retirada de nossos direitos trabalhistas, o fim da possibilidade de aposentarmos, o aumento da repressão estatal, a entrega de nossos recursos energéticos, da nossa biodiversidade e nossa água, ou o fim serviços públicos básicos à população. Enquanto isso, banqueiros, latifundiários e oligopólios transnacionais batem recordes de lucratividade às custas do suor do povo.

3. Em Brasília, Temer e o congresso mais corrupto da história aprofundam as injustiças sociais e destroem as garantias mínimas conquistadas pelo povo trabalhador na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis Trabalhistas. Um governo comprovadamente corrupto e ilegítimo, que foi alçado à presidência via golpe para aplicar um projeto nefasto que nunca ganharia uma eleição. Precisaram de um governo que não tivesse o crivo das urnas para aplicar esse saque ao nosso País. Entretanto, como está cada vez mais claro, não foi no ano passado que o Estado brasileiro passou a servir aos interesses privados dos grandes capitalistas, faz-se necessário um esforço de reflexão para também não nos iludirmos com o que representaram os governos anteriores e como chegamos até aqui.

A dependência econômica e as falhas do projeto petista

4. Assim que chega à presidência em 2003, o PT de Lula anuncia num documento intitulado “Carta ao povo brasileiro” um projeto de conciliação de classes que perdurou por 13 anos. Um projeto que apostou na tentativa de aquecimento do consumo interno e no apaziguamento da luta de classes no país, uma receita muito bem vendida por Lula à elite brasileira, que deu especialmente “certo” durante seus dois mandatos: as instituições financeiras, o agronegócio, as empreiteiras, etc, ganharam lucros exorbitantes, enquanto na base

da pirâmide tivemos alguns avanços, que apesar de importantes, não tocaram nem de longe na estrutura e na forma privada como é utilizado o estado brasileiro. Avanços esses que só foram possíveis por conta de um aumento de 105% da dívida pública e do momento da economia mundial em que o preço das commodities garantiu superávits comerciais, “crescimento econômico” e rios de dinheiro para as elites.

5. A explicação do “erro” petista não está exatamente na questão da “corrupção”, como se tivessem um bom projeto de país que foi atrapalhado por tentativas de atalhos via negociatas com a elite e os partidos conservadores clássicos, numa espécie de traição aos seus ideais. Nada disso, o projeto petista é equivocando no seu nascedouro e tinha como parte fundamental essas negociatas. O Brasil ocupa uma posição dependente no capitalismo mundial, nossas instituições historicamente funcionam para a entrega de nossas riquezas a preço de banana ao capital estrangeiro e para a garantia de que nossa mão de obra seja superexplorada, garantindo o lucro e o consumo do centro do capitalismo. O povo brasileiro não ocupa posição de consumidor no capitalismo mundial, cerca de 80% dos trabalhadores recebem até 3 salários mínimos, muito menos do que o salário mínimo ideal que é calculado pelo DIEESE para reprodução dos nossos direitos fundamentais. Não há mudança dessa posição sem rompimento com a dependência econômica, que foi aprofundada neste período, seja via sistema financeiro com a ampliação do superendividamento e da transferência de renda, seja pelos pomposos investimentos no latifúndio e afirmação de uma economia baseada em agroexportação, onde 72% da área agricultável é para cultivo de soja, milho e cana. Tal política de incentivo ao agronegócio, além de desconsiderar a agricultura familiar, maior produtora de alimentos, empregos, mas com baixíssimo incentivo e aporte de recursos governamentais, é altamente impactante ao meio ambiente e extremamente agressiva e perversa nos vários biomas onde tem se inserido na busca por mais espaço e produtividade. O reflexo deste país de “commodities” pode ser claramente observado pela balança comercial, onde exportamos salsichas e importamos computadores.

6. Em 2014, Dilma ganhou a eleição com uma plataforma política que prometia avanços sociais, principalmente no tocante a serviços públicos básicos como saúde e educação, numa espécie de tentativa de dar respostas aos anseios das ruas nas “Jornadas de Junho” de 2013. Mas quando assume, toma para si a plataforma do derrotado, num grande estelionato eleitoral. Já no começo do mandato, com seu Ministro da Fazenda e Diretor do Bradesco, Joaquim Levy, apresenta uma mini reforma da previdência via MPs 664 e 665, põe em prática um ajuste fiscal com cortes em diversas áreas, veta a auditoria da dívida pública e se vê perdida num entrave com o congresso nacional. Não existem mais espaços nem para as migalhas, a casa grande vem com sede arrancar nossas garantias básicas. Para isso, precisa-se que o senhor de engenho empunhe diretamente o chicote, não mais o capitão do mato.

O Golpe sobre os trabalhadores

7. Estabeleceu-se então um consórcio de interesses, formado pela Casa Branca e a casa grande brasileira (FIESC, Febraban, CNF, CNI), com instrumentos como o judiciário, a grande mídia e “movimentos” supostamente anticorrupção, que foram comprovadamente financiados por partidos como PSDB e DEM para organizar as pessoas que dançavam a música da Rede Globo e de Sérgio Moro. Dilma cai principalmente pela incapacidade de encaminhar a agenda política de aprofundamento do desmonte do estado e o avanço sobre as riquezas naturais e os direitos do povo brasileiro, era preciso um governo sem responsabilidade com as urnas, pois este projeto nunca ganharia uma eleição.

8. O governo Temer nasce com um mote poderoso: para sair da crise é preciso ajustar as contas públicas cortando gastos. Apostaram no argumento de que os governos petistas gastaram de forma exacerbada e quebraram o país, por isso precisamos congelar os investimentos e “cortar na carne”. Ora, que os governos do PT não administraram os recursos públicos como deveriam temos plena certeza, a armadilha mora na responsabilização das políticas públicas por um suposto rombo nas contas, mentindo para o povo e

escondendo os prejuízos que nos traz o principal sistema de corrupção institucionalizada do país, a dívida pública.

O sistema financeiro e o assalto ao estado

9. O projeto do golpe trouxe seu primeiro grande trunfo, gatilho para as demais medidas, com a aprovação rápida e oportunista da PEC 55, agora Emenda 95. O Projeto de Emenda à Constituição que congelou por 20 anos os investimentos públicos no Brasil, não colocou limite algum nos altíssimos gastos com juros e encargos da dívida pública. Ela é apresentada com um intuito muito claro: assaltar ainda mais o estado brasileiro para financiar a farra do rentismo, tirar dinheiro do povo para manter os abusivos gastos financeiros com juros sobre juros, swaps cambiais ilegais, remuneração de sobra de caixa dos bancos e demais mecanismos que criam essa dívida absurda.

10. Assim, o endividamento público tem funcionado às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, tem provocado uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, direcionados principalmente ao setor financeiro privado. É o denominado “Sistema da Dívida”. Além de sangrar os orçamentos (federal, estaduais e municipais) e exigir a contínua privatização de patrimônio público para o seu pagamento, a dívida pública tem sido a justificativa para as reformas e ataques aos direitos do povo. A conta ilegítima da dívida pública representa danos patrimoniais, sociais e morais à sociedade e ao país.

11. A dívida pública nunca foi auditada, como determina a Constituição Federal, e, conforme denunciado inclusive por comissões do Congresso Nacional, é repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e fraudes, tais como a aplicação de juros e condições abusivas, suspeita de renúncia à prescrição e diversas transformações de passivos privados em dívidas públicas.

12. Todo trabalhador, todo cidadão deve lutar pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Auditar a Dívida Pública é fundamental para reestabelecer o equilíbrio das contas públicas e desmascarar os interesses do poder econômico em nosso país.

Previdência – o fim da maior política social do país

13. Para manutenção desse sistema de privilégios e saques ao estado brasileiro, os banqueiros e seus jornais - que se assemelham a panfletos - lançam mão de argumentos e justificativas mentirosas acerca dos problemas fiscais e financeiros; afirmam categoricamente que o principal responsável pelo rombo nas contas públicas é o dito “déficit da previdência”, que segundo o governo foi de 149,7 bilhões de reais em 2016. Assim como diversos outros governos anteriores, Temer e seu bando chantageiam o povo com dados mentirosos sobre as aposentadorias. Escondem da população que a previdência social faz parte de um sistema de Seguridade Social, criado pelo Art. 194 da Constituição Federal de 1988, e que possui orçamento próprio com receitas vinculadas ao custeio da Previdência, da Saúde e da Assistência Social: PIS/Pasep, COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), contribuição sobre concursos de prognósticos e as Contribuições Previdenciárias dos empregados e dos empregadores.

14. A Seguridade Social é historicamente superavitária, sendo que em 2015 as receitas superaram as despesas em R\$ 11,2 bilhões. Foram R\$ 694,3 bilhões arrecadados e R\$ 683,1 bilhões despendidos, conforme atestam os números da Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários – ANFIP (www.anfip.org.br), mesmo com a sangria de seus recursos perpetrada pelo próprio governo. Utilizam de mecanismos como a DRU (Desvinculação de Receitas da União), que retira todos os anos, desde 1994, até 20% do orçamento da seguridade, transferindo quase que integralmente tais recursos para o sistema financeiro via pagamento de juros da dívida pública. Em 2016, não satisfeitos com essa generosa fatia, o governo ampliou para 30% e

renovou por mais 20 anos. Além de desvincular recursos, o estado brasileiro ainda abre mão de valores exorbitantes em desonerações fiscais às grandes empresas e ao latifúndio, e não cobra seus grandes devedores, tirando ainda mais dinheiro do montante disponível para as aposentadorias.

15. A destruição da previdência social pública interessa ao capital financeiro internacional, que lucra com os juros pagos via dívida pública e também com o mercado das previdências privadas. No primeiro trimestre de 2017 a procura por investimentos em fundos de previdência mais do que dobrou em relação ao mesmo período do ano passado. Planos como a “Bradesco Vida e Previdência” e a “BrasilPrev” são financiadores de campanha de diversos parlamentares, em especial o Dep. Arthur Maia (PPS-BA), relator da PEC 287 na câmara dos deputados, que recebeu 650 mil reais do Bradesco em 2014. Neste mesmo balaio, o Secretário de Previdência do governo Temer, o homem da reforma Marcelo Caetano, é conselheiro da BrasilPrev.

16. Segundo estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), se for aprovada a PEC, estima-se que cerca de 47% dos trabalhadores atuais não conseguirão se aposentar. Justamente os mais precarizados, que terão muitas dificuldades para, em sua vida profissional, completar os anos de contribuição mínima requeridos. Estes não terão recursos para recorrer à previdência privada. Os bancos apostam num segmento de maior poder aquisitivo para engordar seus rendimentos. Se o sistema ficar inviável para a maioria, com a PEC, mesmo considerando que apenas uma parte dos trabalhadores conseguirá pagar os programas de previdência privada, já serão milhões de clientes que os bancos terão a mais. O recado dos formuladores da contrarreforma é claro: quem não apelar para a previdência privada vai sofrer na velhice.

Os ataques aos direitos trabalhistas e o aprofundamento da superexploração

17. Outro ponto nevrálgico do projeto de Brasil defendido pelo capital internacional e suas associações locais é a Reforma Trabalhista, aprovada em 11/07 e sancionada logo em seguida pelo Presidente Michel “Fora” Temer em 13/07, com profundos impactos para praticamente todo o povo, dos mais pobres aos setores médios, além dos pequenos e médios empresários e todos os que não se beneficiam do rentismo e parasitismo do capital financeiro. Diferente do que afirma a mídia, a “deforma trabalhista” retirou direitos históricos conquistados desde a década de 1940 e removeu qualquer entrave à intensificação da superexploração, conduzindo a população ao empobrecimento e a precarização das condições de vida. As regras devem entrar em vigor em 4 meses, conforme previsto na nova legislação, mas o governo já assinala editar Medidas Provisórias com novas alterações na lei trabalhista. A alternativa foi negociada para acelerar a tramitação da proposta no Congresso, saciando a ansiedade dos setores que viam o poder político do atual “desgoverno” derreter a luz das crescentes denúncias e que ameaçavam o andamento acelerado necessário à aprovação das reformas desejadas.

18. Terceirização Irrestrita, inclusive nos serviços públicos, a *Pejotização*, o contrato intermitente e o negociado sobre o legislado são algumas das mudanças e destruições que alteram completamente as relações de trabalho doravante.

19. De acordo com investigação do site “The Intercept Brasil” 292 emendas apresentadas na comissão especial da reforma trabalhista foram integralmente redigidas em computadores de representantes da Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística). Dessas 292, 153 foram totalmente incorporadas ao texto que foi aprovado na câmara dos deputados no dia 26/04, uma delas é a que garante a prevalência da negociação sobre a lei.

20. Segundo afirma o Prof. Dr. Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho e um expoente internacional na área, estaremos aceitando e vivenciando um novo tipo de escravidão moderna. Ela será legal, legitimada pelo

Estado, mas tão pernicioso e letal ao trabalhador quanto a sua nem tão esquecida versão secular, ainda viva em muitas zonas rurais de nosso país.

Petróleo, água e soberania

21. Outro ponto estratégico, mas ainda pouco perceptível da grande massa neste grande imbróglio político e econômico em que vivemos, é o roubo de nossas riquezas naturais e recursos energéticos. A Petrobras é maior empresa brasileira, responsável pela pesquisa, exploração, transformação e distribuição do principal recurso energético da atualidade, o petróleo. Mas sua importância vai além dos hidrocarbonetos: a estatal ainda é responsável pela maior parte das patentes brasileiras registradas, e tem papel significativo na construção naval e no desenvolvimento e fabricação de máquinas pesadas. A Petrobras não é uma empresa comum, é um instrumento estratégico para a economia e o desenvolvimento brasileiro. No polígono de exploração do pré-sal, em águas ultraprofundas do litoral sudeste brasileiro, há reservas de petróleo e gás de aproximadamente 40 bilhões de barris já descobertas e 176 bilhões não descobertas (estimativa), segundo dados do Instituto Nacional de Óleo e Gás da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esta reserva equivale a cinco anos de consumo mundial do recurso, com uma vantagem adicional: seu custo de extração é de oito dólares, muito abaixo do custo médio da produção mundial. Não há dúvida que o pré-sal é um recurso abundante e estratégico, por isso também cobiçado.

22. Na disputa de poder internacional, a dimensão energética tem lugar de destaque. Em última instância, o acesso às fontes de energia como o petróleo é determinante para o processo de industrialização e desenvolvimento de qualquer nação. O condomínio imperialista (Euro-Estadunidense), liderados pelos EUA e materializado na OTAN, sabem do papel das reservas energéticas – como a do Pré-sal brasileiro – na correlação mundial forças. O controle estatal e nacional do pré-sal contraria os interesses geopolíticos do Atlântico Norte. O monopólio operativo da Petrobras sobre as reservas do pré-sal é uma ferramenta importante da construção da soberania nacional.

23. Não é mera coincidência que escândalos recentes envolvendo políticos e empresas brasileiras em casos de corrupção na Petrobras, tenham vindo a público ao mesmo tempo em que entrara na pauta do Congresso Nacional um projeto de lei retirando o monopólio operativo da estatal petroleira sobre as reservas do pré-sal. Um telegrama diplomático dos EUA de 2009, obtido pelo site WikiLeaks, desnudou a negociação criminoso de José Serra com a petroleira estadunidense Chevron, onde o senador prometia à multinacional a alteração no marco de exploração, acabando com o domínio da Petrobras na exploração do pré-sal. Dito e feito, o PL 4567/2016 de autoria do dito parlamentar foi aprovado pelo congresso mais corrupto da história no ano passado.

24. Recentemente, o ataque chegou a entrega “in natura” de nossa terra e riqueza mineral, com aprovação de abertura e legalização de um território maior que a Dinamarca, em plena Amazônia, para mineradoras – inclusive estrangeiras – ligadas também a aliados e sócios da canalha política que perpetua a liquidação do país.

25. Os alertas sobre as ameaças a nossa soberania e a defesa dos recursos hídricos, como a Amazônia, e os aquíferos, como o guarani, vem se concretizando com velocidade espantosa e sem a reação popular exigida.

Gênero, Raça e Etnia

Mulheres e pessoas negras correspondem (dados do censo de 2010) a mais de 70% da População Economicamente Ativa no Brasil. Mesmo assim se perpetuam as desigualdades de gênero e raça, o que não passam de estratégias políticas da grande mídia e do Estado para que tanto as mulheres quanto as pessoas negras, indígenas, quilombolas, ciganas, etc, continuem fragilizados, inconscientes e indefesas, pois assim se perpetua a hierarquia de homens brancos e não pobres.

Essa tensão entre o trabalho e a vida de quem trabalha é intensa, tanto aqui quanto na América Latina ou mesmo no mundo, isto se dá por conta de vários fatores. Entre eles, a consolidação da tendência histórica do trabalho das pessoas negras e do aumento da presença feminina no mercado de trabalho, a desconstrução dos termos “mulher cuidadora” e o “homem provedor”, o avanço dos temas relativos à igualdade de gênero e igualdade racial na agenda pública, as tendências de envelhecimento da população e a crise do Estado de Bem Estar Social em suas diversas formas.

O ser homem e mulher e o preconceito no mundo trabalho

1. Partimos do pressuposto de que as diferenças no jeito de ser e de viver são áreas fecundas para a manifestação de múltiplas formas de opressão. Raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe e muitos outros rótulos são, historicamente, alvos da intolerância e da não aceitação da diferença.

2. As questões que provocam preconceito precisam ser desmistificadas e combatidas. Desde já, afirmamos que historicamente o preconceito assume formas variadas, mas ele não é algo autônomo e independente das relações sociais e dos modos de produção. Nesses termos, o debate sobre o que é preconceito favorece o questionamento e o pensamento crítico, demonstrando como se dá a discriminação e a opressão em nossa sociedade e apontando que, para superá-lo, é preciso, além da luta cotidiana, um empreendimento de construção de uma nova sociedade.

3. O preconceito manifesta-se de forma particular e coletiva e por um juízo efêmero e estrutural. Ele tem sua ratificação em bases afetivas e irracionais, amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais. Tais determinações, por estarem inscritas em dada formação sociocultural, poderão até explicar atitudes de discriminação, mas nunca justificá-las. O preconceito é também a intolerância que se dissemina na não aceitação da diferença e na tentativa de censurá-la ou de silenciá-la.

4. O preconceito e a discriminação, entendida como preconceito em ação, ganham terreno quando, cotidianamente, falamos da suposta e falsa inferioridade de negros(as) e das mulheres; de nordestinos(as) e de judeus (judias); de idosos(as) e da juventude; de indivíduos portadores de baixa/alta estatura e de necessidades especiais; de gordos(as); de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), entre outros.

5. O preconceito é contrário aos princípios e valores éticos fundamentais: liberdade; dignidade; respeito; pluralismo; democracia. A construção de uma sociedade emancipada exige respeito ao diferente e garantia da dignidade humana.

6. Diversos segmentos empenhados nessa nova construção societária estão lutando pela defesa dos direitos desses socialmente discriminados, destacando-se a presença dos movimentos negro, de mulheres, LGBT e em defesa dos direitos humanos, entre outros.

7. No campo profissional, o enfrentamento abre debate sobre os preconceitos, assumindo relevância na produção teórica, no ensino, no exercício profissional, na normalização e na organização política.

Gênero e mundo do trabalho

8. Com relação ao mundo do trabalho, as mulheres brasileiras foram, e em alguns lugares ainda são, educadas para desenvolver atividades relacionadas ao lar.

9. Assim, embora qualificadas, ainda penam em busca de espaços na economia formal, enfrentando preconceitos e discriminação. Mesmo sendo força de trabalho significativa, tendem a trabalhos informais e, quando formais, nem sempre recebem salários compatíveis aos do sexo oposto.

10. Diante dessa realidade, a média de mulheres brasileiras com cargos de administração e gerência em empresas chega a 44%, uma das mais altas do mercado mundial e acima da média do restante da América Latina, segundo O Estado de S. Paulo (03/2008).

11. Outro dado importante, fornecido pelo Ministério da Educação, aponta que entre 1996 e 2003 o total de mulheres com doutorado aumentou em torno de 104%. Além disso, a participação do sexo feminino, em todos os níveis de educação, teve um crescimento maior que o do sexo masculino.

12. Quanto ao trabalho formal, observamos que, na década de 90, cresceu o número de mulheres assalariadas e, mesmo que nos últimos anos as pesquisas mostrem maior participação das trabalhadoras, não há como negar que estas ainda enfrentam adversidades no mercado de trabalho.

13. Em alguns nichos da sociedade mudaram-se os papéis sociais de homens e mulheres, ressaltando-se o crescimento da participação no orçamento familiar do ganho das mulheres, as quais se tornam responsáveis pelo sustento de muitas famílias. Isso mostra que a entrada da mulher no mercado de trabalho tem sido um importante aspecto para a avaliação do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

14. No entanto, mesmo que a mulher tenha ganhado espaço no mundo do trabalho, com relação a políticas públicas para mulheres devemos objetivar a superação da discriminação de sexo relacionada às desigualdades de classe, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero. Devemos auxiliar em sua autonomia e liberdade, para que todas as mulheres sejam emancipadas, de forma que o movimento de mulheres funcione como um sujeito político estratégico na transformação da sociedade brasileira.

15. Mesmo que o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolva ações de apoio às políticas dos órgãos responsáveis pela promoção da igualdade e diversidade e pelo combate às várias formas de discriminação, especialmente na área de trabalho e emprego, visando atender às reivindicações de segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis e subordinados à discriminação no mercado de trabalho e emprego, como mulheres, negros, portadores de deficiência, idosos, homossexuais, travestis e transexuais, entre outros, a promoção da igualdade e da diversidade e o combate às discriminações têm deixado a desejar.

16. Quando o trabalhador tem uma orientação fora da heteronormatividade, corre sério risco de fazer parte do grande número de trabalhadores(as) informais vivendo à margem da sociedade. A lei tenta ou se esforça para igualar o mercado de trabalho, aceita que todos se sintam iguais, mas isso nem sempre acontece!

17. Se voltássemos nossa visão para um mundo simplesmente do mercado de trabalho, no qual não existissem os preconceitos, veríamos que essas tentativas e transformações evidenciaríamos um novo padrão de organização das relações econômicas, sociais e políticas. Esse padrão com diferentes denominações se

apoiaria em uma abertura de mercados e no desenvolvimento acelerado da tecnologia e na exigência de novas especializações.

18. Nesse sentido, a evolução estaria presente em todas as esferas da sociedade trabalhadora e do trabalho, provocando alterações nas configurações industriais, nos padrões tecnológicos e no perfil das organizações.

19. O mundo do trabalho se encontraria sob um processo de reestruturação, estabelecendo novos cenários produtivos, com novas inserções de mercado.

20. Essa reestruturação poderia ser identificada pela transformação das estruturas e estratégias, que alterariam as formas de organização, gestão e controle do trabalho, as quais resultariam em novas formas de competitividade e se manifestariam nas alterações da natureza do trabalho, inclusive aumentando sua densidade, ritmo e ampliação da jornada de trabalho.

21. Nesse processo de reestruturação, seria interessante a análise das perspectivas relacionadas às transformações solicitadas no âmbito do novo perfil produtivo dos trabalhadores e à emergência de modelos de gestão no novo ambiente organizacional, que se apoiariam nos pressupostos da nova produtividade, novo trabalhador, nova gestão, com o desafio de abordar as condições de trabalho.

22. Isso demandaria um novo perfil dos trabalhadores, a partir de uma mudança voltada à valorização da polivalência, do comprometimento, da qualificação técnica, da participação criadora, da mobilização da subjetividade, da capacidade de diagnosticar e, portanto, de decidir. Para os patrões, o desenvolvimento desse perfil implicaria novas aquisições, novas competências e, sobretudo, capacidade de transitar entre o tradicional e o novo modo de saber ser, fazer e pensar.

23. Infelizmente, este “se” ainda não existe de fato, apesar de termos de direito. Sendo assim, deveremos criar metodologias para que a lei seja cumprida, e esta é uma grande luta mesmo sabendo que a lei não é o nosso limite.

24. Podemos observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.

25. Ao analisarmos indicadores educacionais e do mercado de trabalho, percebemos perfis distintos entre as raças. Os brancos que participam do mercado de trabalho têm em média dois anos a mais de estudo e conseqüentemente maior rendimento que os pretos/pardos, dada a relação entre nível educacional e salário. Os brancos do Nordeste têm uma média de anos de estudo 69% maior do que os pretos/pardos, enquanto no Sudeste essa taxa cai para 41%. Os trabalhadores brancos da região Nordeste recebem em média rendimentos 95% superiores ao salário médio dos pretos/pardos (2,98 e 1,53 salário mínimo respectivamente). No Sudeste essa variação sobe para exatos 100% (5,78 contra 2,89 salários mínimos).

26. Com esses pontos, podemos chegar à conclusão de que as políticas de combate à desigualdade podem ser afins entre as regiões, mas devem ser diferentes na aplicação e na forma de focalização. Colocando o problema nacionalmente, pode-se ajudar a amenizar a desigualdade. Mas, sua solução só pode ser alcançada por meio da análise real das causas e conseqüências em cada localidade.

27. Os dados apresentados acima são ferramentas estatísticas que nos mostram que existem diferenças entre pretos, pardos e brancos, não importando se olhamos para os meios educacionais ou para o mercado de trabalho. Com esses poucos dados, já podemos ver os determinantes da discriminação no Brasil.

Como pode ser erradicado o preconceito?

28. Num Brasil de mais de 190 milhões de pessoas, no censo de 2010, os negros, pardos, amarelos e indígenas superaram os 50% da população, o que indica que estamos nos colocando mais como somos do que pensamos que somos. Vale dizer, não somos mais uma população hegemonicamente branca, nem feita de jovens, tendo em vista que a população com mais de 65 anos cresce a cada dia, ou seja, estamos mais velhos, mais escuros e mais femininos.

29. Portanto, a erradicação do preconceito está em nós mesmos, pois, se crescemos e nos multiplicamos, também poderemos ser mais fortes, e assim um dia erradicaremos todos os preconceitos, bastando para isso que nos vejamos iguais em nossas diferenças.

Referências

ABRAHÃO, J. I. As transformações do trabalho e desafios teórico-metodológicos da ergonomia. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 29 maio 2008.

ÁVILA, Maria Bethânea. Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres: sobre as diretrizes. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/anais.pdf>. Acessado em: 28 maio 2008.

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2 abr./jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402004000200003&script=sci_arttext&t. Acessado em: 30 maio 2008.

Identidade de gênero. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acessado em: 26 maio 2008.

MESQUITA, Mary L.; RAMOS, Sâmia R.; SANTOS, Silvana M. M. dos. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social. Disponível em: <http://www.cpihts.com.htm>. Acessado em: 26 maio 2008.

MITCHELL, Glenford; JORDAN, Daniel C. O que é raça? Disponível em: <http://www.bahai.org.br/racial/Raca.htm>. Acessado em: 29 maio 2008.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acessado em: 30 maio 2008.

O mercado de trabalho e os gays: capitalista do mesmo jeito. Disponível em: <http://criticogay.wordpress.com/2007/05/02/>. Acessado em: 29 maio 2008.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na história: gênero e etnia. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/>. Acessado em: 28 maio 2008.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. A mulher profissional brasileira: preconceitos. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/>. Acessado em: 26 maio 2008.

WEBER, Cátia. Professoras Xokleng: identidade étnica na perspectiva intercultural e de gênero. In: Anais do 7º Seminário "Fazendo Gênero". Florianópolis, 28-29 ago. 8/2006.

Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2010.

O desmonte do INSS e o sucateamento do SUS

1. No primeiro dia como presidente da república, o impostor Temer assinou um ato extinguindo o Ministério da Previdência Social. Além disso, foi anunciado o esvaziamento da previdência pública, criando uma Secretaria de Previdência vinculada ao Ministério da Fazenda e jogando o INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Não foi por acaso, com isso Temer já sinalizara que os recursos da previdência ficariam sob custódia do banqueiro guardião dos lucros dos rentistas, no nosso triste caso, Henrique Meirelles. Nomeou para secretário de previdência um conselheiro da BrasilPrev, Marcelo Caetano.

Nessa mesma lógica foi escolhido como ministro da saúde o deputado Ricardo Barros (PP-PR), representante dos planos privados de saúde no parlamento.

2. Para a missão de adequar o INSS aos objetivos neoliberais de plantão, Temer indicou Leonardo Gadelha, ex-deputado e correligionário de figuras como Pastor Everaldo e Jair Bolsonaro. Inteligente, com uma ótima lábia e muitas promessas, Leonardo traz um discurso pintado de modernização, ao mesmo tempo em que desmonta a autarquia e transforma os objetivos da instituição.

3. Não foi ontem que a lógica produtivista tomou conta dos locais de trabalho do Instituto. Temos nossa remuneração e nossa jornada totalmente vinculadas ao volume de trabalho e a velocidade que conseguimos dar conta de fazê-lo. Sem novas contratações, com uma categoria extremamente envelhecida e uma dinâmica de trabalho alienante e desgastante, adoecemos e sofremos cotidianamente com ritmos cada vez mais inatingíveis. O que o governo golpista faz é intensificar essa lógica com novos sistemas digitais e o glamuroso teletrabalho, colocando mais facas em nossos pescoços sem apresentar saídas reais para os problemas de infraestrutura, falta de pessoal, etc. e abrindo caminho para terceirização e conseqüente destruição da carreira e de quaisquer possibilidades de valorização.

4. Infelizmente, existem aqueles no seio da categoria que confraternizam e, eloquentes, comemoram as “inovações” propostas. A menção de palavras como “valorização” e “flexibilidade”, aliadas a promessa de esvaziamento das agências e afastamento do público segurado encontram ressonância em muitos colegas do INSS.

5. Naturalmente, e não poderia ser diferente, o que não se diz é que isso foi construído ao longo do tempo por meio dos mesmos mecanismos de pressão, assédio, metas e índices que tem adoecido a todos. Os cortes orçamentários e a contínua precarização das agências tem infligido no conjunto dos trabalhadores verdadeiro trauma quanto à prestação de serviços a população. Sem infraestrutura, concursos e com metas e “regras” cada vez mais perniciosas e prejudiciais à população e ao servidor, o trabalhador se convenceu que o povo é o inimigo, aquele “mundo” de gente que invade os locais de trabalho a cada dia e dos quais os processos resultantes são grilhões, aprisionando-os a números impossíveis de cumprir e a ameaça constante de cortes na sua remuneração.

6. Sem perceber, alienam-se daquilo que lhes dá sentido de existir e da sua própria identidade enquanto servidor público, marchando incautos para o abismo que outras categorias de trabalhadores já conhecem muito bem. Mostrar a encruzilhada perigosa em que estamos a esses servidores é um dos desafios que teremos pela frente.

7. No SUS as notícias não são melhores, o ministro Ricardo Barros dá declarações cotidianamente afirmando que a integralidade e a universalidade são utopias e que não podem ser mantidas. Financiado pelo riquíssimo mercado da saúde privada, que transforma nossas vidas em lucro, o governo golpista se dedica a tirar cada vez mais recursos de um sistema que já é subfinanciado. O fim das vinculações constitucionais para financiamento da saúde é defendido por Temer e seu bando, precisamos defender esse que é o maior sistema de saúde do mundo e que vem sendo construído com muito sangue e suor dos trabalhadores do Brasil.

O momento da Vigilância Sanitária Federal – Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados

1. Há vários anos a área de PAF segue ameaçada por vários fatores, desde a extinção da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária e a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA em 1999 – destacamos alguns pontos críticos que refletem diretamente nos trabalhadores como: a pressão do mercado regulado; a falta de recursos humanos; e problemas de gestão interna.

2. O mercado aumenta exponencialmente o ritmo das importações de produtos, sujeitos ao controle sanitário, enquanto os recursos humanos tornam-se estagnados ao longo dos anos e, a partir do ano de 2012, tem decrescido vertiginosamente, devido à idade do quadro de pessoal específico (servidores antigos do PEC). Não tem havido contrapartida pela instituição para renovação e reposição das vagas extintas.

3. Os poucos concursos com quantitativo reduzido concentram vagas para a sede da ANVISA em Brasília. As exceções de deslocamento de servidores de Brasília para os estados ocorrem por processos de remoção interna (processo seletivo) e situações esporádicas por motivo de saúde, que não suprem satisfatoriamente a necessidade das coordenações estaduais e não são de caráter permanente. Devido à aprovação da chamada PEC dos gastos no final de 2016, fica vedada a realização de novos concursos públicos e o contingenciamento de Orçamento da União prejudica a política de gestão de pessoas.

4. O resultado disso é notório: insatisfação do setor regulado pela “demora” ou tempo excessivo de anuência dos processos de importação, acarretando consequências em toda cadeia logística de produtos para consumo humano e gerando riscos e possíveis danos à população em geral.

5. Há uma série de dificuldades e impedimentos para os servidores atenderem satisfatoriamente a demanda crescente e observarem o cumprimento da legislação sanitária, a qual se encontra desatualizada e em alguns aspectos ultrapassada diante de tantas inovações tecnológicas, porém ainda é rígida em alguns aspectos, o que dificulta a sua aplicação. Falta harmonização de procedimentos e processos de trabalho, agravada pela diferença de formação e qualificação entre os quadros de servidores específico e efetivo.

6. A gestão da ANVISA não tem correspondido às expectativas emergenciais e essenciais para a solução de tanta desigualdade e desajustes funcionais, que implicam em maior desmotivação, frustração, formas de assédio para pressionar aumento de produtividade, situações que prejudicam e afetam ainda mais negativamente. Ao invés de encontrarem alternativas e soluções para tantos problemas de gestão, muitas vezes a gestão atribui a culpa aos próprios trabalhadores(as).

Criou-se um ciclo vicioso, onde os trabalhadores são os mais sacrificados e responsabilizados diretamente, com alta concentração de demanda em determinados pontos de entrada de bens e produtos, dado o formato logístico de empresas importadoras instalados nas regiões Sul e Sudeste, sobrecarregando as unidades fiscais da ANVISA dessas localidades.

7. Era de se esperar que a solução ou minimização dos problemas passassem pela discussão de gestores e servidores. No presente momento, mais uma vez o mercado reage vorazmente aos índices a seu desfavor e utiliza de mecanismos de apelo empresarial e pressão direta sobre os dirigentes da ANVISA, exigindo resultados imediatos e metas inatingíveis em curto prazo.

8. Diante de tamanha cobrança, os gestores das áreas competentes da ANVISA, que coordenam a política de PAF e a Diretoria Colegiada, definem estratégias unilaterais, no sentido de aliviar e desafogar o quantitativo

de processos represados e divulgam nas redes da mídia e no seu próprio site estratégias e medidas paliativas e temporárias.

9. Há falta da recomposição dos quadros de servidores, com a solicitação de diversas aposentadorias do quadro específico (mais antigos), agora também motivada e acelerada pela incerteza da aprovação de mais uma reforma do sistema previdenciário.

10. Outro fator complicador e incerto é a nomeação muito recente de um novo Diretor titular para a área relacionada com a PAF, que estava sendo acumulada e exercida pelo Diretor Presidente. Agora surge mais um grande impasse sobre o destino das coordenações estaduais e postos descentralizados da ANVISA.

11. A prática adotada atualmente como saída para diminuição do enorme passivo de processos a exemplo de São Paulo (Guarulhos, Congonhas, Santos e Viracopos) é a diluição destes, feita de modo virtual para análise remota (seja fora do posto onde a carga se encontra alocada e armazenada fisicamente), onde os mesmos são distribuídos para outras unidades e coordenações de outros estados inclusive e próximo do nível central, mas sem as devidas medidas de garantia e segurança institucional necessárias.

12. As entidades sindicais, a exemplo da FENASPS e Sindprevs/SC, estão buscando muitas vezes em vão acompanhar as tratativas da gestão, sempre participando das reuniões marcadas em Brasília, mas com baixa ou nenhuma resolutividade a depender do tema abordado e da área envolvida. A alegação padrão mais comum da gestão é que as soluções escapam de sua competência e governabilidade, porém nem um empenho a altura da necessidade dos interessados, como exemplo temos : a realização de concurso público específico para a área de PAFs, que desde 2012 foi produzida Nota Técnica da própria ANVISA para o Ministro da Saúde, mas no meio do caminho acabou desvirtuando a justificativa e as vagas foram centralizadas em Brasília, desprestigiando a PAF e gerando uma séria crise agora em 2017 com um cenário mais complicado econômico.

13. Um grande tema que também não conta com o respaldo político da ANVISA e de seus gestores é a questão da coexistência simultânea de dois quadros distintos executando atividades e ações semelhantes e até idênticas na área de PAFs descentralizadas, porém com tratamento distintos a nível de carreira, sendo a mais antiga inclusive sob pena de extinção com extrema desvalorização dos servidores.

14. As forças tarefas presenciais, tradicionais com deslocamento de servidores para outras unidades dentro ou fora do estado de origem, que já carecem de recursos de diárias, estão sendo substituídas a título experimental, mas com caráter efetivo pela distribuição pura e simples virtualmente de processos protocolados em unidades diversas daquelas de origem, algo nada convencional. Imaginemos vários processos de importação originalmente direcionados e protocolados nos postos da coordenação de SP, como Guarulhos, Congonhas e via sistema informatizado serem rearranjados e no termo do programa interno da ANVISA, dito tramitados para qualquer outra unidade da federação, conforme nota divulgada e explicativa pela própria ANVISA em seu site.

15. Com todas as dificuldades e deficiências os servidores terão que assumir mais esse risco de anuências de produtos, sem o devido respaldo e apoio institucional, seja no caso de uma irregularidade ir responder diante de alguma situação prevista na legislação porém não observada. Outro aspecto que cabe ressaltar é que justamente essa prática de anuência de processos de importação serem realizadas por servidores de unidades distintas daquela original do protocolo sempre foi vetada legalmente pela própria ANVISA expressamente até a gestão anterior da Gerência Geral da área a cerca de pouco mais de três anos passados, e que resultou em inúmeros Processos Administrativos.

16. A ANVISA como o Ministério da Agricultura tem outro papel estratégico e preponderante e uma relação intrínseca e direta com a saúde das pessoas, sem o exercício de barreiras sanitárias irão comprometer de modo irreversível a saúde humana, que a depender da situação será irreparável o dano.

17. Destacamos que elementos de planejamento e ferramentas de gestão não faltam, o que está faltando é tomada de decisão diante das circunstâncias demonstradas e não há mais como adiar uma intervenção direta para retomada do controle gerencial antes do colapso desta instituição de interesse público.

18. Por isso defendemos alguns pontos cruciais como:

19. Os servidores da Anvisa devem seguir e se engajarem ao Plano de Lutas da FENASPS e participarem das atividades contra as reformas do Governo Temer, seja nos seus locais de trabalho, municípios, estados e em Brasília;

20. O Devisa deve empreender esforços para chamar os trabalhadores da Anvisa para a luta geral da classe trabalhadora;

21. Solicitar e exigir dos órgãos competentes da administração pública federal reforço imediato do quadro de pessoal dos RHs nas coordenações estaduais da Anvisa e na sede central frente à demanda crescente de atividades da área, e sua importância no atual contexto;

22. Criar de um grupo de trabalho/estudos sobre a vinculação do Plano Especial de Cargos (PEC) ao Quadro Efetivo, unificando a estrutura funcional;

23. Buscar o apoio dos Departamentos Jurídicos dos sindicatos estaduais e da Fenasps para elaboração de um estudo técnico que viabilize a vinculação entre o Quadro Específico e o Efetivo;

24. Empreender ações e recursos necessários junto aos parlamentares, no sentido de busca de apoio à construção de um Projeto de Lei, Medida Provisória ou outra forma que promova a reestruturação da carreira da Anvisa e das demais agências reguladoras, que contemple todos os seus atuais servidores (as) independente do quadro a que forem vinculados;

25. O DEvisa e a Diretoria Colegiada da FENASPS devem orientar todos os servidores da ANVISA sobre as deficiências e inconsistências geradas desde a adoção do sistema de controle de frequência, o SIREF, adotado pela gestão da ANVISA e que está trazendo tamanha insegurança aos servidores (as), podendo acarretar prejuízos aos mesmos.

A saúde não é mercadoria

1. O artigo 230 do Regime Jurídico Único previa a Saúde complementar para Funcionários Públicos Federais. As entidades sindicais colocaram na sua pauta de reivindicação a regulamentação deste artigo. Concomitantemente a esta reivindicação, as entidades sempre mantiveram a luta em defesa do Sistema Único de Saúde.

2. A maioria dos servidores da base ainda tem como plano de saúde a Geap. Tínhamos também representação nos conselhos deliberativos da entidade, mas nos últimos dois mandatos, as entidades sindicais alinhadas à política da Fenasps estão fora desta representatividade, devido a um processo fraudulento levado a cabo pelo governo PT/PMDB. Com isso, o governo tomou o poder da gestão, com a distribuição de cargos com altíssimos salários.

3. O resultado de tudo isso foram os reajustes abusivos das mensalidades, perdas de direitos já adquiridos no plano e a permissão de contratos abusivos com assessorias terceiradas.

4. Esta gestão de mercado levou milhares de trabalhadores a abandonarem a Geap.

5. O governo regulamentou o artigo 230 através de uma portaria do Ministério do Planejamento. A portaria não atendeu as demandas das entidades sindicais. Um dos pontos mais críticos da Portaria foi a extensão da per capita a planos privados com fins lucrativos, quebrando o acordo da Mesa Nacional de Negociação, no qual o governo deveria somente subsidiar entidades de auto gestão, sem fins lucrativos.

6. Muitos trabalhadores buscaram então planos no mercado, principalmente os mais jovens. Isso reflete também que no plano fiquem somente, ou em maior número, os servidores com idade superior a 50 anos, o que torna ainda mais caro o plano, quebrando as entidades fechadas como Geap, Cap Saúde, ASSEFAZ entre outras auto gestões. O mercado coopta os servidores novos com propostas mais atraentes, porém não atendem os servidores mais antigos.

7. Além disso, as medidas do governo levam às categorias a trazerem esta demanda de planos privados para as entidades sindicais administrarem. É importante ressaltar que os acordos com as entidades do mercado estão sendo realizados principalmente por associações e alguns sindicatos que ganham, dos planos, percentual em cima dos associados que fazem essa nova adesão. O Sindprevs/SC é contrário a essa política rasteira que tira do bolso do trabalhador o percentual repassado para a entidade.

8. Os Independentes de SC defendem a continuidade da luta por uma per capita que atinja no mínimo o valor de 50% para ambas as partes (assistidos e governo), e que a saúde complementar seja feita através de auto gestões, ou seja, entidades sem fins lucrativos. Observam, no entanto, que o norte sempre será o da luta por uma saúde pública e de qualidade e que, dia chegará, em que não mais precisaremos continuar a depender de planos ou negociações que atendam as necessidades imediatas em saúde de nossos trabalhadores e possamos finalmente consolidar o SUS como melhor sistema de saúde do mundo.

Pecúlio

9. Com o fim da intervenção no Geap Pecúlio, desde o dia 10 de março de 2017 a GeapPrevidência passou oficialmente a ser Fundação Viva de Previdência. Foi nomeado um conselho provisório com representação da Fenasps e outras entidades com a prerrogativa de realizar o processo eleitoral para a composição definitiva do conselho deliberativo e do conselho fiscal. Todos os conselheiros serão eleitos e não haverá indicações políticas, uma vez que o pecúlio é composto somente com a contribuição dos trabalhadores. As eleições aconteceram em julho e no último dia 31 de agosto tomaram posse os novos Conselheiros eleitos. A base da FENASPS elegeu candidatos de sua representatividade, oriundos dos sindicatos filiados a Federação e escolhidos para concorrer devido a sua experiência e dedicação aos temas relacionados ao Pecúlio.

11. A proposta dos candidatos defendidos pela Fenasps e Sindprevs/SC é que, assumindo como conselheiros eleitos garantam a solidez do plano, visando o direito de cada peculista e a opção de buscar este direito em vida, tornando a Viva Previdência a garantidora deste direito com transparência.

Aposentados: ativos na luta sempre!

1. Os trabalhadores aposentados e pensionistas estão sempre presentes nas lutas de nossos Sindicatos e, portanto, de nossa Federação. É fundamental debatermos e encaminharmos questões inerentes aos trabalhadores aposentados e pensionistas, principalmente em relação ao conjunto de medidas do governo que atacam estes trabalhadores. Medidas como o PLC 54 (antigo PLP 257, que estabelece limite de crescimento de despesas dos estados), o PLS 204 (permite à administração pública, nas três esferas de governo, vender para o setor privado os direitos sobre créditos de qualquer natureza), a PEC 241/55 – atual

Emenda Constitucional aprovada nº 95 - (altera o regime fiscal, propondo o congelamento dos recursos destinados às áreas sociais, infraestrutura e despesa com pessoal por duas décadas) e as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, que vão restringir direitos sociais duramente conquistados e reduzir as políticas públicas e sociais, agravando ainda mais a situação da população brasileira.

2. Na plenária final do 3º Enapen/2016 os presentes decidiram, por unanimidade, denunciar ao Congresso Nacional, à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (exMPOG), aos ministérios da Saúde, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, à Anvisa, à Geap, à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e à Secretaria Nacional do Idoso, as condições de vida a que estão submetidos os servidores por conta das políticas de arrocho fiscal e salarial, pela falta de política de saúde e de carreira implementadas pelo atual governo. Veja algumas das propostas de lutas defendidas pelos aposentados:

3. Paridade em 100% da remuneração entre ativos, aposentados e pensionistas, buscando a incorporação de todas as gratificações ao vencimento básico para todos;

4. Garantia de isonomia nas Leis 13.324/2016 e 13.326/2016 em relação à incorporação das gratificações aos que aposentaram anteriormente;

5. Não à contribuição da Seguridade Social aos aposentados e pensionistas com a aprovação imediata do PL 555;

6. Pela melhoria da qualidade de vida do aposentado e pensionista e valorização do idoso, aprovando imediatamente todas as leis em tramitação no Congresso Nacional que garantam a ampliação das conquistas e direitos aos aposentados e pensionistas do Serviço Público Federal;

7. Data-base e política salarial permanente;

8. Exigência da política de acessibilidade aos contracheques, enviando-os para as residências dos(as) aposentados(as) e pensionistas;

9. Que os aposentados se organizem sempre de modo a participar dos fóruns e eleições da Geap/Saúde e Geap/Previdência;

10. Lutar contra as propostas do governo de desvinculação do salário dos aposentados e pensionistas com os ativos;

11. Retorno imediato do Ministério da Previdência Social;

12. Prioridade nas ações judiciais baseada no Estatuto do Idoso;

13. Contra todos os projetos que retiram direitos dos trabalhadores em tramitação no Congresso Nacional;

14. Votação imediata dos projetos em tramitação no Congresso Nacional favoráveis aos servidores públicos e trabalhadores em geral;

15. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais a criar comissão para debater com os deputados e senadores a questão dos aposentados e pensionistas que não foram abrangidos nas Leis 13.324/2016 e 13.326/2016;

16. Pelo cumprimento do Estatuto do Idoso em todos os órgãos do Governo Federal;
17. Ampliar a luta unificada com os aposentados das esferas municipais, estaduais e Federal.
18. Convocar os familiares dos aposentados e pensionistas para participarem das atividades promovidas em defesa do serviço público;
19. Que a FENASPS estimule, promova e/ou organize com os sindicatos, cursos de formação política com vagas para os aposentados e pensionistas.
20. Que todos os trabalhadores da Anvisa, do INSS, do Trabalho e da Saúde sejam contemplados por uma única carreira, dentro dos seus órgãos; e
21. Que os aposentados participem ativamente da construção de uma grande greve geral.

A construção da saúde do trabalhador no meio sindical e seu percurso histórico

1. Embora a classe trabalhadora possa contar com um marco legal bem definido quanto ao direito fundamental e alienável à saúde inclusive no ambiente de trabalho, esse não é efetivado plenamente diante da necessidade posta pelo conjunto dos trabalhadores.
2. A Atenção integral à saúde dos trabalhadores no Brasil conta com um arcabouço legal que parte da CF art. 196 a 200 e da Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990, outros instrumentos e regulamentos federais orientam o desenvolvimento das ações nesse campo, no âmbito do setor Saúde, entre os quais se destacam a Portaria/MS n.º 3.120/1998 e a Portaria/MS n.º 3.908/1998, que tratam, respectivamente, da definição de procedimentos básicos para a vigilância em saúde do trabalhador e prestação de serviços nessa área. A operacionalização das atividades deve ocorrer nos planos nacional, estadual e municipal, aos quais são atribuídos diferentes responsabilidades e papéis (BRASIL, 2001).
3. No plano internacional, desde os anos 70, documentos da OMS, como a Declaração de Alma Ata e a proposição da estratégia de saúde para todos, têm enfatizado a necessidade de proteção e promoção da saúde e da segurança no trabalho, mediante a prevenção e o controle dos fatores de risco presentes nos ambientes de trabalho. O tema vem recebendo atenção especial no enfoque da promoção da saúde e na construção de ambientes saudáveis pela Organização Pan-Americana da Saúde. A Organização Internacional do Trabalho, na Convenção/OIT nº. 155/1981, adotada em 1981 e ratificada pelo Brasil em 1992, estabelece que o país signatário deve instituir e implementar uma política nacional em matéria de segurança e do meio ambiente de trabalho (BRASIL, 2001).
4. A afirmação e disseminação dessa cultura ocorre a partir desse aporte legal e da criação da política nacional de saúde e segurança dos trabalhadores - PNSST e da implantação da RENAST, a rede nacional de atenção à saúde dos trabalhadores junto a estrutura do SUS e que preconiza a vigilância, assistência e a promoção de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras tanto públicos quanto privados no Brasil.

5. O movimento em torno da ampliação das estratégias e ações de proteção à saúde dos trabalhadores acontece mais precisamente desde a década de 60, quando os trabalhadores italianos se organizaram, construindo espaços de interlocução e encaminhamento de suas precárias condições de trabalho. Esse fato inscreve um novo modo de pensar o trabalho e reflete na organização do movimento sindical e nos trabalhadores da saúde aqui no Brasil em 1970, ápice da reforma sanitária brasileira, deflagrada e berço da construção do Sistema Único de Saúde (SUS). O processo foi iniciado, porém, o avanço ainda é esperado e acalentado pelos militantes da área e pelos próprios trabalhadores, que ainda vivem situações de extrema vulnerabilidade por falta de condições e organização do trabalho. A área ainda prescinde de uma articulação efetiva da demanda vinda da realidade dos locais de trabalho e os espaços de atenção à saúde junto ao Sistema Único de saúde e das áreas transversais, inclusive dos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho.

6. A conjuntura “política” recente no Brasil vulnerabiliza ainda mais o acesso a esse direito. As propostas de reforma da previdência e trabalhista aviltam uma conquista feita pela classe trabalhadora ao longo de décadas. Temos muito a fazer! A saúde do trabalhador é uma área que materializa e evidencia o interesse de classe, o direito a proteção do corpo e psiquismo diante da atividade do trabalho.

7. No contexto da reforma sanitária a inclusão dos trabalhadores como agentes de mudança de seus próprios processos de trabalho passa a ser discutida, viabilizar formas e espaços de organização desses trabalhadores é uma tarefa a ser amplamente assumida pelo coletivo e suas representações.

8. Um aspecto que torna ainda mais urgente as ações em saúde do trabalhador é o objeto que está em disputa, além do controle que o capital exerce sobre o trabalho o que está se disputando é a própria subjetividade do trabalhador.

9. A forma que se configura o mundo do trabalho excetua características e perfis individuais de funcionamento e prioriza os interesses da organização, geralmente relacionados a produtividade. Interessante refletir sobre isso, quando a dimensão que está imbuída de valor excetua o que há de humano no mundo do trabalho e atribui valor apenas ao que e quanto se produz.

10. Assim, os processos de trabalho são construídos para alienar e distrair o trabalhador de sua própria realidade e rotina de trabalho, onde a possibilidade de autocuidado é retirada e posta no lugar a exigência quanto a produtividade; onde o trabalhador acredita que não há como optar por si mesmo e se o fizer poderá ser descartado.

11. A sujeição a essa crença é construída institucionalmente e retira do trabalhador a possibilidade de reagir diante dos contingentes laborais impostos pela instituição. A criticidade no ambiente de trabalho normalmente não é bem vista pelas instituições e organizações que contam com estruturas verticalizadas e impositivas. O trabalhador foi sujeito dentro dessa cultura a essencialmente não atribuir valor a sua dimensão física e psíquica, é apregoado que o valor está no que faz e na utilidade que existe nesse fazer e que a força de seu trabalho atenda aos interesses institucionais em detrimento de seus próprios. Quantas vezes os trabalhadores trabalham doentes ou com limitações, quantas vezes o trabalho vem primeiro, antes das necessidades básicas como alimentação ou necessidades fisiológicas?

12. Considerando tais aspectos, o momento atual exige estratégias que privilegiem formas coletivas de organização do trabalho, tendo em vista que a organização coletiva propicia espaços e condições para reflexão quanto a dimensão da realidade em que se está inserido.

15. A OLT presume o envolvimento com a reorganização dos processos de trabalho e a avaliação de seus impactos para a saúde dos trabalhadores. A realidade encontrada nos locais de trabalho do INSS, MS e ANVISA, beiram o abandono.

16. A deficiência quanto a estrutura física, as condições das edificações, a forma de organização e os processos de trabalho adotados institucionalmente colocam inúmeros trabalhadores em situações precárias de trabalho.

17. As condições de trabalho não se configuram como objeto de interesse da gestão, não é uma pauta que é levada a sério, o que ocorre é o sucateamento inegável do serviço público sem que o trabalhador seja considerado um sujeito de direito no que se refere a dimensão que envolve a proteção a sua saúde.

18. A base começa a se dar conta, em sua grande maioria, que precisa de espaço de interlocução e vazão de sua problemática cotidiana e não têm encontrado integralmente junto a gestão nem respostas e nem amparo para suas demandas.

20. Os departamentos ou secretarias de saúde do trabalhador, nas entidades sindicais em que existem, tem sido acionados por diversas vezes para acolher e dar respostas a essa problemática nos locais de trabalho, com soluções construídas no conjunto dos trabalhadores. A aproximação da base através das demandas da saúde é fato e a expansão dessa aproximação é algo esperado.

Atenção Integral à saúde do Trabalhador, uma responsabilidade compartilhada.

21. Os trabalhadores do serviço público federal representam uma categoria marginalizada e usurpada de um direito fundamental, o direito de proteção à sua saúde diante dos processos e organização do trabalho. Uma categoria que não foi incluída nos espaços oficiais de atenção à saúde, tanto do ponto de vista da assistência, como nos casos da ausência de realização de exames periódicos, entre outros, como também quanto ao aspecto legal no que se refere à ampliação de direitos na Lei 8112/90.

22. A criação de sistemas e legislações específicas para os “servidores públicos, nesse contexto, macula a identidade e o direito de ser cidadão”.

23. Ser servidor público nesse país representa abrir mão de direitos fundamentais, essencialmente se ver e ser valorizado como trabalhador, como sujeito de direitos!

24. A ideia de que a estabilidade de emprego está acima dos direitos dos trabalhadores é enganosa e se configura como uma moeda de troca na retirada de direitos historicamente já garantidos aos celetistas. Nesse contexto, existe uma corresponsabilidade que precisa ser compartilhada por diversos atores sociais, inclusive pelo próprio trabalhador, que precisa ter muito claro sua responsabilidade na autopreservação de sua saúde.

25. Outros atores importantes nesse processo podem ser elencados aqui, como o sistema de saúde, com o papel de recuperar, reabilitar, monitorar e fiscalizar os processos de adoecimento relacionados ao trabalho, bem como responsável pela construção e implantação de políticas que promovam à saúde desses trabalhadores.

26. As instâncias fiscalizatórias por excelência, como o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), MPT (Ministério Público do Trabalho) e MPF (Ministério Público Federal) e a própria fiscalização do SUS, atuando na vistoria dos ambientes e processos de trabalho e na responsabilização dos empregadores quando do não cumprimento de suas responsabilidades.

27. Essas instâncias encontram barreiras e dificuldades visíveis em se tratando de fiscalizar órgãos e estruturas da esfera pública. Nesse contexto, avaliamos como maior responsável o próprio empregador, que deve planejar a organizar o trabalho de forma a não causar prejuízos ou impactos à saúde.

28. Por fim e fundamentalmente, da entidade sindical quanto à orientação reflexiva, fiscalização e organização de sua categoria no sentido de exigir melhores condições de trabalho e monitorar participativamente tais processos de mudança. Para tanto o ente sindical necessita ampliar os espaços de diálogo com sua base no local de trabalho e assim aprofundar o conhecimento quanto aos contingentes laborais a que estão submetidos os trabalhadores e assim expandir a compreensão política e avançar tecnicamente, se transformando em um espaço de atenção à saúde dos trabalhadores que possa apontar soluções nesses campos, atuando como provocador e produtor de conhecimento quanto a realidade de trabalho nos postos de trabalho do INSS, MS e Anvisa.

As possibilidades e impossibilidades de avanço na forma atual de organização do trabalho

29. Ser servidor público possuiu um imenso status social ao longo da história, porém, o termo carrega em si um comportamento de subserviência, dificultando a subversão da ordem institucional estabelecida. A condição servil está diretamente relacionada a forma de organização vertical de gestão. Condição que propaga as relações de poder e constitui fonte inesgotável de violência emocional nas relações de trabalho, impostas por essa organização.

30. A falta de valorização vai mais longe, perpassa a ausência, em muitas estruturas, de planos coerentes de carreira, onde o esforço e o conhecimento desses trabalhadores não são reconhecidos, ou pior, quando esse conhecimento é utilizado a serviço da gestão sem qualquer tipo de reconhecimento pessoal ou financeiro.

31. Ela adota ainda outras nuances quando não valoriza e acolhe a singularidade desse trabalhador, quando é tratado como um número, apenas como mais uma matrícula. O sentido do trabalho e o respaldo para a realização de suas atividades toma a forma de desejo e não se traduz em uma ocupação de quem planeja e organiza os seus próprios processos de trabalho.

32. Nesse sentido as entidades sindicais e a própria Federação tem de se esforçar na promoção de ações que alertem os trabalhadores dessa condição de confluência de interesses que não são os seus, produzindo reflexões acerca de formas e meios de reorganização dos trabalhadores na proteção de sua saúde.

33. Esta é uma missão que deve ser assumida pelo ente sindical quanto à verificação da realidade do trabalho e organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de seus interesses legítimos, entre eles, a atenção à sua saúde.

Perfil de morbimortalidade dos trabalhadores no serviço público federal

34. Como não ocorre ampla divulgação e orientação aos trabalhadores do serviço público federal sobre a necessidade e importância da notificação dos agravos, o desconhecimento do perfil de morbimortalidade é algo significativo e premente de resolução.

35. O levantamento do porquê e como adoecem os trabalhadores desse setor é uma tarefa que deve ser construída pela gestão pública e cobrada e exigida pelos sindicatos. De posse dessas informações será possível pensar e planejar ações que previnam os impactos à saúde advindos do trabalho.

36. Nossa missão como delegados desse congresso é inicialmente trazer à tona a necessidade de envolvimento de todos os atores sociais nesse tema, fazer emergir as necessidades dos trabalhadores do serviço público federal e construir um compromisso sério e duradouro com a saúde do trabalhador. Provocar a conscientização social quanto à existência e a necessidade de valorização desses trabalhadores, agentes sociais importantes e, acima de tudo, cidadãos de direto, que merecem ser vistos inclusive em sua dimensão subjetiva.

37. As notificações de acidentes e agravos em saúde do trabalhador são aspecto relevante do cenário atual envolvendo a saúde dos trabalhadores no serviço público federal. A construção de instrumentos e orientação necessária para suprir essa deficiência é evidente, quando se refere aos encaminhamentos nos casos de adoecimento em decorrência do trabalho.

38. O trabalhador desse setor, em sua grande maioria, desconhece a possibilidade de notificar tais agravos. Isso ocorre tão pouco junto aos profissionais e estruturas do sistema público de saúde, que não informam tais dados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação, que se cria assim uma lacuna entre o fenômeno e a informação/notificação do mesmo, como se não existisse adoecimento em decorrência do trabalho no serviço público federal, dificultando o acesso a essa realidade.

39. Faz-se necessário, portanto, a criação de mecanismos que reformulem os instrumentos de notificação de acidentes e doenças do trabalho no setor público, exigindo-se da gestão a estrutura, a informação e a divulgação correta junto a seus setores de gestão de pessoas.

O papel da entidade sindical na formação em saúde do trabalhador

40. A formação crítica e reflexiva desses trabalhadores pode e vem sendo assumida pela entidade sindical, que necessita da participação efetiva de cada trabalhador, traduzindo fidedigna e legitimamente sua realidade no contexto laboral. O sindicato pode ampliar essa voz, esse coro organizado de falas e clamores por ética e dignidade na realização do trabalho de cada dia.

41. A saúde do trabalhador, do ambiente de trabalho é abrangente e ao mesmo tempo imediata, une trabalhadores (todos estão sujeitos aos mesmos riscos no ambiente), é multideterminada (quase tudo determina a saúde no ambiente de trabalho, principalmente os processos de trabalho no capitalismo) e é contra-hegemônica, pois contrapõe o humano idiossincrásico (ser único, particular, especial em sua visão de mundo) com o modelo massificador e alienante da produção capitalista.

42. O trabalhador pode definir o que é saúde e o que afeta sua saúde, pois independente das causas, todos os agravos são amplificados ou mitigados no ambiente em que o trabalhador constrói sua subjetividade. A jornada de trabalho e os processos de trabalho em geral não são definidos pelo trabalhador, assim ele está sujeito a processos, substâncias e elementos para os quais não está preparado, motivado ou protegido, sem que o mesmo possa recusar-se, seja por imposição ou por insuficiente conhecimento para tal.

43. Assim sendo, a importância da entidade sindical é claramente identificada, uma vez que o processo de saúde/doença no trabalho é alvo e meta de constante negociação, pois as condições não são estanques, precisam ser revistas e adaptadas periodicamente.

44. A instituição vê números e repetição, os trabalhadores veem e experimentam processos dinâmicos e complexos envolvendo a relação entre sujeitos e máquinas/processos/normas.

45. O sindicato tem papel de proteger o trabalhador na relação em que o mesmo é a parte frágil e a negociação da salubridade do ambiente e dos processos de trabalho é uma das bandeiras essenciais na luta de classes.

46. Nesse sentido, é importante construir estratégias junto à FENASPS e a Gestão para que a saúde do trabalhador possa ter espaço e se torne uma pauta real e permanente das ações e articulações em nível nacional. Conjuntamente, é importante desenvolver permanente articulação entre os departamentos responsáveis pela Formação Política e Estudos Sócios Econômicos com os Depts./secretarias que atuam na Saúde do Trabalhador, de modo a instrumentalizarmos politicamente o trabalhador na organização de seu local de trabalho.

47. Fortalecer e implicar cada vez mais os trabalhadores na defesa e proteção de sua própria saúde é urgente e necessário. Os espaços de formação e interlocução necessitam de fortalecimento e incentivo, e a presença no local de trabalho torna-se cada vez mais essencial, validando o saber do trabalhador de forma a que seja o mote na construção de estratégias de melhoria dos processos e organização do trabalho.

48. Enfim, é preciso incorporar e promover a prática dos conceitos e ações descritos, contando com a capacidade do coletivo (sindicato e base) em produzir a ampliação das ações em saúde do trabalhador no serviço público federal, além de nivelar tais compreensões e produzir a crítica necessária junto a base para que possa alterar seu contexto laboral.

A FENASPS QUE QUEREMOS

1. Fortalecer a FENASPS é legitimar nosso maior instrumento histórico de luta.

2. Nossa Federação sempre esteve na vanguarda da luta do conjunto dos trabalhadores e conquistou, junto as categorias que compõe seus sindicatos, o respeito como único instrumento legítimo e verdadeiramente de luta, frente a tantos outros (antigos e novos) que disputam a confiança de nossas bases como associações, sindicatos nacionais ou confederações.

3. Enquanto entidades nacionais e sindicatos por todo o país adormeciam sob o manto do pacto hediondo de classes que dominou parte da militância e a luta no período de governos do PT, nossa Federação permaneceu fiel às necessidades da base e esteve presente na luta, a todo o momento, em meio a vários enfrentamentos, greves, atos e mobilizações, organizando e auxiliando os sindicatos filiados nas demandas que se avolumavam com o crescente desmonte do serviço público.

4. Assim, temos que retomar ainda com mais força a disputa junto as oposições nos Estados que ainda não se filiaram a FENASPS e buscar trazer ainda mais sindicatos para a base de nossa Federação. Do mesmo modo, faz-se necessário buscar aqueles que em outros momentos deixaram a FENASPS, resgatando o espírito coletivo de luta necessário e imprescindível para enfrentarmos a guerra declarada de classes que se acirra. Bom senso e uma gestão forte, coesa, são vitais para o sucesso nessa batalha. Juntos e somados, mais capazes e fortes nos grandes ideais que nos unem, seremos sindicatos de todo país compondo a FEDERAÇÃO que queremos e construímos a cada dia.

5. No CONFENASPS devemos reafirmar o compromisso de continuarmos construindo uma federação forte que, consciente do difícil momento que a conjuntura atual impõe, orgulha-se de seu passado sem desconectar-se igual e responsabilmente dos desafios que se apresentam em seu futuro.

Por um projeto do povo trabalhador

1. Fica cada vez mais claro que o estado brasileiro, como todo estado capitalista, tem servido de “comitê de negócios da burguesia” como dizia Marx. No caso brasileiro, o estado serve cada vez mais para aprofundamento da dependência e do abismo entre os 1% e os 99% da população. Escândalos de corrupção inundam nossos telejornais, que de maneira torpe e tendenciosa não trazem à tona a causa e a consequência dessas negociatas. As propinas pagas por grandes empresas como JBS e Odebrecht para recebimento de incentivos, empréstimos, licitações, não são pontos fora da curva de um “sistema feito para dar certo”. Tampouco a simples substituição do político envolvido pode mudar algo dentro dessa lógica. O estado brasileiro funciona historicamente para servir a interesses privados, quem comanda a sociedade é um complexo financeiro-empresarial com dimensões globais e conformações específicas locais. Esse é “o Brasil que deu certo”, foi gestado pra ser assim.

2. Neste sentido é importante derrotar o projeto, não apenas uma figura política. Michel Temer é peça facilmente descartável para o prosseguimento do projeto das elites. Ainda assim é imperioso que exijamos sua saída, além da anulação imediata de todas as medidas ilegais aprovadas durante seu governo de exceção. Porém, só a saída de Temer e de sua trupe não é suficiente. É necessário não se deixar levar pelos editoriais do grande oligopólio da comunicação, para quem Temer sempre foi descartável. As saídas colocadas pelo consórcio da elite apontam para um cenário de permanência do estado de exceção e nulidade democrática. Todo e qualquer ator que possa ser instalado no poder por eleições indiretas - incluindo aí o judiciário - ainda será regido pela ilegitimidade. É fundamental a ampla unidade de todos os setores dispostos a lutar em defesa dos interesses populares. Combater o projeto político que se acelera é decisivo para impedir o desmonte das conquistas sociais. É preciso unir as diversas pautas de reivindicação de todos os setores numa luta sem tréguas para derrotar os projetos de desconstituição de direitos nas ruas e greves, pautando sem qualquer conciliação ou acordo NENHUM DIREITO A MENOS.

3. Para além disso, precisamos construir a resistência a partir dos de baixo, fortalecer os instrumentos de organização dos locais de trabalho, estudo e moradia, e construir um projeto político real para além das eleições, que apesar de necessárias, não podem servir para legitimar nenhum ataque contra o povo. Não podemos cair nos contos de “salvadores-da-pátria” e nas ilusões pregadas pela via eleitoral. As bases para esse projeto forjado nas lutas do povo são a soberania nacional, a democracia popular e direitos para todas e todos. O desafio colocado nesse momento é o de barrar os retrocessos, avançar com auditoria da dívida e reforma tributária, defender o pré-sal, a Petrobrás e os recursos naturais, cunhar uma nova democracia e garantir o pleno emprego, serviços públicos de qualidade e os direitos conquistados com muito suor pelo povo brasileiro em sua história de lutas.

4. A concepção pequeno-burguesa de justiça e de moral terá que enfrentar a volta das classes populares as ruas e o reinício de um novo e necessário radicalismo político no Brasil. Nosso papel enquanto trabalhadores e protagonistas desta mudança não poderá ser o de legitimar os mesmos instrumentos instituídos, validando novamente o sistema político das classes dominantes.

5. A conjuntura portanto nos oferece uma oportunidade histórica: trazer o trabalhador e todo cidadão brasileiro, até hoje relevado ao papel de eleitor, para a efervescência das lutas sociais e alça-lo ao protagonismo político das mudanças que queremos. Para isso devemos estar prontos a esclarecer e formar esse novo militante de forma a que ele não seja um instrumento de busca ou salvação do sistema político que ora naufraga, mas sim de sua eutanásia.

6. Tomar as ruas e ocupar os espaços populares sem as ilusões de conciliação, sem as ilusões do neoliberalismo, sem as ilusões de mudanças significativas a partir da superestrutura do Estado burguês e, por fim, sem ilusões quanto a condições mínimas de dignidade e vida abundante no capitalismo deve ser nosso objetivo constante.

7. Deixemos morrer este que ora jaz, auxiliemos em sua derrocada e preparemo-nos para o novo, para o popular, para a revolução que necessitamos e teremos que fazer.

Plano de Lutas

Plano de lutas da categoria

- Por 30 horas para todos, sem redução salarial;
- Contra as gratificações produtivistas que adoecem os trabalhadores;
- Pelo fim do assédio moral;
- Pela incorporação das gratificações aos salários;
- Pela implementação do Plano de Cargos e Carreiras; apresentado pela Fenasps.
- Pelo cumprimento dos Acordos de Greve e das Leis 13.224/16 e 13.224/16 com incorporação das gratificações no vencimento básico e nas aposentadorias, independentemente de critérios estabelecidos pela gestão.
- Por melhores condições de trabalho;
- Valorização dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.
- Concurso público já e nomeação dos aprovados.
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Greve por tempo indeterminado contra a retirada de direitos;
- Lutar pela aprovação do projeto de anistia da greve de 2009 no Congresso Nacional.
- Pelas campanhas de filiação e fortalecimento dos sindicatos com sua base;
- Organizar a resistência e fortalecer as oposições nos sindicatos ainda filiados a CUT;
- Retomada da luta contra privatização ou contra qualquer modelo de privatização;
- Intensificar e incentivar a ocupação, por representantes sindicais, de espaços deliberativos, exemplo Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde;

- Fortalecer os fóruns e espaços em defesa do SUS;
- Acompanhar todas as lutas de modo geral da classe trabalhadora em defesa dos direitos.
- Contra a implementação do tele-trabalho, na forma apresentada pelo governo, sem amplo debate com a categoria.
- Reabertura imediata dos postos de trabalho dos(as) servidores(as) da ANVISA;
- Organizar um seminário nacional de discussão dos impactos da implantação do tele trabalho e do INSS digital;
- Aumento da per capita para cinquenta por cento na contrapartida dos planos de saúde;
- Manutenção e ampliação de uma política sindical de saúde do(a) trabalhador(a);
- Exigência de acessibilidade aos servidores(as) e população e melhora na ergonomia nos ambientes de trabalho;
- Defesa da melhoria dos sistemas cooperativos do INSS, com a desburocratização dos processos e minimização da responsabilidade e dependência do servidor e da servidora;
- Intensificar o trabalho de base para aproximar o sindicato da categoria;
- Contra o desmonte do serviço social e da reabilitação profissional;
- Garantir a manutenção das mesas locais de negociação com a criação dos GTs cedidos, saúde do trabalhador e aposentados;
- Construir e incentivar instrumentos de organização do local de trabalho a partir da saúde do trabalhador;
- Levar para as reuniões nos locais de trabalho além do debate de conjuntura o debate sobre meios de combater a discriminação no trabalho e na sociedade.
- Fazer debate nos locais de trabalho mostrando que o preconceito e a discriminação institucional é também assédio;
- Fazer debates regionais, com o intuito de mostrar ao trabalhador e a trabalhadora a rejeição, discriminação e preconceito por conta de gênero e identidade, raça e etnia, geração, orientação sexual ou regionalidade nos locais de trabalho é uma das doenças do trabalho que mais nos afetam;
- Que as representações dos sindicatos, nos conselhos, centrais e federações, dentre outras, defendam sempre a bandeira de combate às violências contra trabalhadores e trabalhadoras por conta de discriminação e/ou preconceito de gênero e identidade, raça e etnia, geração, orientação sexual ou regionalidade;
- Que a FENASPS estimule a pesquisa junto a base nos locais de trabalho sobre Gênero, Raça e Etnia com filiados aos sindicatos;
- Articular com a rede de saúde a confecção e divulgação de material educativo e informativo sobre prevenção e cuidados de doenças exclusivas de gênero e raça;

Sobre a Reorganização da Classe Trabalhadora

- Estudar alternativas para reformular e reestruturar o movimento sindical voltado à renovação e conexão com a base;
- Fomentar a discussão e repensar a evolução da atuação do movimento sindical no atual momento histórico.

Plano de lutas gerais

- Contra as reformas que retiram direitos históricos dos trabalhadores;
- Greve Geral contra as reformas e em defesa dos direitos, unificando a luta com as demais categorias e movimentos sociais e estudantis;
- Contra o governo ilegítimo de Michel Temer e por eleições diretas já
- Pela Auditoria Cidadã da Dívida;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais e pela liberdade dos presos políticos;
- Pela desmilitarização da Polícia Militar;
- Pela democratização da comunicação e contra o monopólio das mídias;
- Pela defesa permanente de nossa soberania, da Petrobrás, do Pré-Sal e dos recursos naturais do Brasil;
- Pela Reforma Agrária e valorização dos trabalhadores do campo e da cidade;

- Em defesa da luta por moradia digna para todos, com apoio aos movimentos sociais que estão à frente desta pauta;
- Em defesa dos povos originários, quilombolas, indígenas e imigrantes refugiados, tanto oprimidos no nosso País;
- Na defesa de candidaturas em 2018 que apresentem propostas da classe trabalhadora e nenhum voto aos usurpadores de direitos que são favoráveis às reformas;
- Lutar, organizar o Poder Popular e reorganizar a classe trabalhadora para os enfrentamentos que virão.
- Divulgar e qualificar a base quanto a necessidade da notificação de doenças e acidentes de trabalho e na gestão, negociar o fluxo e encaminhamento desses agravos;
- Cobrar da gestão a criação de programa de atenção integral à saúde dos trabalhadores que inclua a realização de exames periódicos.
- Lutar pela data base em maio de cada ano em todo o serviço público federal, com reajuste anual.

Assinam a Tese dos Independentes de Santa Catarina

Vera Lucia da Silva Santos, Ministério da Saúde, São José, aposentada;
 Valmir Braz de Souza, Ministério da Saúde PO, Florianópolis, ativo;
 Fátima Regina da Silva, INSS, Itajaí, aposentada;
 Valéria Freitas Pamplona, Ministério da Saúde, Palhoça, aposentada;
 Cleusa Maria Pereira, INSS, APS Palhoça, ativa;
 Luiz Fernando Machado, Ministério da Saúde, Florianópolis, aposentado;
 Murilo Cardoso, Ministério da Saúde PO, Florianópolis, ativo;
 Juanita Cordeiro dos Santos Aune, Ministério da Saúde, Florianópolis, aposentada;
 Maria Lucia Bittencourt da Silva, Ministério da Saúde HF, Florianópolis, ativa;
 Luciano Wolffenbuttel Veras Inss – Superintendência – Florianópolis Ativo
 Maria Goreti dos Santos, Anvisa PO, Florianópolis, ativa;
 Rosemeri Nagela de Jesus, INSS, Gerência Florianópolis, ativa;
 João Paulo Silvano Silvestre, INSS, APS Sombrio, ativo;
 Marialva Ribeiro Chies de Moraes, INSS, APS Xanxerê, ativa;
 Roberto Machado de Oliveira, INSS, APS Tijucas, ativo;
 Eni Marcos de Medeiros, Ministério da Saúde, Tubarão, aposentada;
 Clarice Ana Pozzo, Ministério da Saúde, Curitiba, aposentada;
 João Olímpio Ferreira, Ministério da Saúde PO, Florianópolis, ativo;
 Ana Maria Pereira Vieira, INSS, APS Araranguá, ativa;
 Alessandra Oville Couto, INSS, APS Joinville, ativa;
 Sabrina Fermiano Campos, INSS, APS Palhoça, ativa.

Referências

- ANFIP. A GEAP, os efeitos das decisões do TCU e do STF e a PEC nº 214, de 2012. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/20130604101815_Cartilha-GEAP_04-06-2013_Cartilha-GEAP_pgina.pdf>. Acesso em: 30 abr.2017.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). INFOPROLETÁRIOS: Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Números da Dívida. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 30 abr.2017.
- BOSCHETTI, I. A Política de Seguridade Social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009, v.1, p.323-340.
- BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Boletim de Ressarcimento 04/2016. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Materiais_por_assunto/boletim_ressarcimento.pdf>. Acesso em: 30 abr.2017.
- BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sala de Situação da ANS. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/sala-de-situacao>>. Acesso em: 30 abr.2017.
- BRASIL. Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d4978.htm>. Acesso em: 30 abr.2017.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Déficit da Previdência e Dívida Ativa da União. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia/artigos-e-analises/deficit-da-previdencia-e-divida-ativa-da-uniao>>. Acesso em: 02 mai.2017.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Grandes Números DIRPF 2016 - Ano-Calendário 2015. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/relatorio-gn-irpf-2015.pdf>>. Acesso em: 22 abr.2017.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Relatório de Desonerações da Folha de Pagamento - RFB. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/renuncia-fiscal-setorial>>. Acesso em: 02 mai.2017.
- BRASIL. Secretaria de Recursos Humanos, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº 1, de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/Downloads/file?1%20-%202007-Assit%EAncia%20%E0%20sa%FAde.pdf>>. Acesso em: 30 abr.2017.
- CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. A Influência do Relatório Beveridge nas Origens do Welfare State (1942 – 1950). Porto Alegre: Ufrgs, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Artigo3%20-%20Revista%20Todavia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- EDELMANN, Bernard. A Legalização da Classe Operária. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- LIMA, Javert de Souza. Da mensagem de Bismarck ao Plano Beveridge. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/604/571>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. (IM)PREVIDÊNCIA SOCIAL: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OXFAM. A Economia para o 1%. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20->

%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-
%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>. Acesso em: 03 abr.2017.

SOUZA, Jessé. A Radiografia do Golpe. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. Os impactos do Novo Regime Fiscal para o Financiamento do Sistema Único de Saúde e para a Efetivação do Direito à Saúde no Brasil. Brasília: IPEA, 2017.

Disponível

em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

WORLD BANK. Envejecimiento Sin Crisis: Informe del Banco Mundial sobre Investigaciones a Políticas de Desarrollo. Washington, 1994.

Disponível

em:

<<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/182691468325209319/pdf/135850PUB00SPA0s0Box074505B0PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: 22 abr.2017.